

etnográfica

Etnográfica

Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia

vol. 16 (2) | 2012
Varia

Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia

Kinship, gender and individuation in the day-to-day life of the house in a working-class district of Salvador da Bahia

Cecilia McCallum e Vania Bustamante



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/1476>

DOI: 10.4000/etnografica.1476

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2012

Paginação: 221-246

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Cecilia McCallum e Vania Bustamante, « Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia », *Etnográfica* [Online], vol. 16 (2) | 2012, Online desde 26 junho 2012, consultado em 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/etnografica/1476> ; DOI : 10.4000/etnografica.1476



Etnográfica is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia

Cecilia McCallum e Vania Bustamante

Neste trabalho analisamos a construção cotidiana de parentesco, individuação e diferenças de gênero num bairro de baixa renda de Salvador da Bahia, Brasil. Defendemos que a melhor forma de abordar esses temas é através de uma análise processual a partir da categoria “casa”; e que aqueles conceitos vinculados ao modelo estrutural-funcionalista ainda utilizados na literatura, como “ciclo de vida doméstico” ou “matrifocalidade”, dificultam em vez de facilitar a compreensão. A etnografia evidencia que a casa existe na medida em que está inserida em uma configuração de casas e que, em ambas, as relações se organizam ao integrar dois princípios distintos de “conectividade” (*relatedness*): “sangue” e “consideração”. Ademais, a existência relacional da casa e da configuração de casas está vinculada à coexistência e integração mútua de esforços de individuação e de processos relacionais.

PALAVRAS-CHAVE: parentesco, gênero, pessoa, casa, Salvador da Bahia, Brasil.

Kinship, gender and individuation in the day-to-day life of the house in a working-class district of Salvador da Bahia ♦ In this article we analyze the day-to-day construction of kinship, individuation and gender differences in a low income neighborhood of Salvador da Bahia, Brazil. We argue that these topics are best approached through a processual analysis based on the category “house”; and we show that those concepts linked to a structural-functionalist model still used in the literature, such as “the domestic life cycle” or “matrifocality”, hinder understanding more than help it. Our ethnography shows that in Salvador the house exists as included in a configuration of houses. Further, within both, relations are organized in such a way as to integrate two distinct principles of relatedness: “*sangue*” (“blood”) and “*consideração*” (“intentional” relatedness). Moreover, the relational existence of the house and of the configuration of houses is linked to the coexistence and mutual integration of individuating efforts and relational processes.

KEYWORDS: kinship, gender, person, house, Salvador da Bahia, Brazil.

McCALLUM, Cecilia (cecilia.mccallum@uol.com.br) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Brasil; MUSA (Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde), Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Brasil

BUSTAMANTE, Vania (vaniabus@yahoo.com) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Brasil; MUSA (Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde), Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Brasil

NOS BAIRROS DE BAIXA RENDA DE SALVADOR, AS CASAS OSTENTAM UM ar de inacabamento permanente.¹ Construídas de tijolos pelos próprios moradores, a sua estrutura de cimento e ferro permite que as “lajes” – os tetos – sirvam de base para novos andares e para a continuada expansão vertical das habitações. Em qualquer momento, há novos apartamentos em construção e raramente se termina uma casa, chegando a rebocar as paredes e pintá-las.

Esse processo arquitetônico está imbricado com os processos sociais através dos quais se criam laços de parentesco e casamento. O caso do jovem casal Paula (28 anos) e Ed (29),² moradores de Prainha,³ exemplifica esse entrelaçamento. Começaram a morar juntos após alguns meses de namoro porque Paula engravidou “sem planejar”. Foi a primeira união para ambos. Na época, Ed estava desempregado e, sem outra opção, o casal aceitou a oferta da tia de Paula, Dona Dália, que a havia criado como filha, de morar na sua casa. Então passaram dois anos na casa da tia. Quando Paula engravidou novamente, Dona Dália “deu” a laje para o casal e Ed construiu um apartamento novo: uma casa só deles. Nessa ocasião, Ed já tinha um emprego “de carteira assinada” – como segurança noturno numa escola pública. Desse modo, podia atender ao que se espera dele como homem: prover materialmente a esposa e os filhos. E além de ser jovem mãe, Paula se tornou uma dona de casa – da sua própria casa.

Segundo uma das mais influentes abordagens brasileiras ao parentesco, que adota uma perspectiva de classe, a história desse casal conformaria as normas de um “modelo hegemônico” de família, onde jovens das camadas de renda mais baixa de Salvador, como Ed e Paula, sentem-se impulsionados a constituir uma família nuclear independente no estilo da elite.⁴ Neste artigo, mostramos que de fato há uma valorização do ideal de uma família nuclear, mas não no sentido de modelo ou norma articulado ao comportamento que há de se adequar. Em vez de postular e objetificar supostos modelos ou normas como geradores de ação, destacamos os significados atribuídos à casa, dentro de uma investigação dos processos de significação através dos quais os moradores procuram dar

1 Uma versão prévia deste artigo foi apresentada na 27.^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de agosto de 2010, em Belém, Pará (Brasil), no GT 37 – Gênero, configurações familiares, arranjos domésticos e afetivos. Agradecemos às organizadoras, Heloisa Buarque de Almeida e Martha Ramírez-Gálvez. Vania Bustamante recebeu apoio do CNPq (através de uma bolsa de doutorado) e da Fapesb (com uma bolsa de pós-doutorado).

2 As idades que aparecem ao longo do texto são aproximadas e se referem a agosto de 2003. Para proteger o anonimato dos nossos informantes, todos os nomes utilizados são fictícios.

3 Nome fictício de um bairro localizado no subúrbio ferroviário de Salvador.

4 Ver Scott (1996b, 2005) para uma revisão da literatura sobre “família” e parentesco no Brasil não indígena. O excelente estudo de Woortmann (1987) sobre parentesco e casamento em um bairro de baixa renda em Salvador corresponde aos moldes da abordagem citada. Segundo Woortmann, a classe de baixa renda adotava, discursivamente, a ideologia de casamento e família vigente na classe dominante em Salvador, em detrimento de uma ideologia pragmática. Desse modo, a ideologia de casamento hegemônica era “burguesa” (e, de origem, europeia).

sentido ao seu mundo, ao exercer a sua agência criativa. Mostramos, através da exploração etnográfica, que a “casa” é um símbolo e operador-chave na constituição dos processos relacionais que a envolvem, bem como na constituição dos processos de individuação dos quais a sua vida material faz parte. Nosso argumento diz respeito à formação da pessoa generizada (imbuída de gênero) em Salvador: mostramos aqui que indivíduos como Paula e Ed se constituem como pessoas – com gênero, entre outros atributos – através das formas de conectividade e de disjunção que sucedem ao redor (e dentro) da casa.

O casal pertence à categoria geralmente referida na literatura sociológica e antropológica brasileira como “classe popular”, embora outros epítetos circulem, os quais fazem referência a um par de características atribuídas, como Couto sinaliza:

“No âmbito da literatura socioantropológica brasileira que estuda estas populações, muitas são as noções utilizadas na referência a tais famílias: *classes trabalhadoras*, *classe operária*, *baixa renda*. Mas, em todas estas referências, é o sentido da localização em segmentos sociais subordinados [...] e o referencial de que são portadores de uma cultura própria que permeiam os estudos” (Couto 2005: 198).

Assim, além de serem abordadas a partir de uma qualidade definidora de destituição (de poder, de capital simbólico, de educação, de saúde, etc.), pessoas como Ed e Paula são vistas como possuindo “uma cultura própria”. Essa cultura tem como característica central a ausência de individualismo nos moldes europeus e liberais. Consequentemente, embora não se refira a uma ideologia ou uma teoria da pessoa, como é o caso de “individualismo”, por muito tempo o tema da individuação como aspecto integral da constituição da pessoa entre brasileiros das ditas “camadas populares” foi negligenciado (o que está ligado à repetida aplicação de uma lente teórica estruturalista, mais especificamente, o dumontianismo, na vertente brasileira desta abordagem, como discutimos em seguida). Apesar das críticas de autores como Couto, ainda há uma forte tendência a tratar a vida familiar e grupal da população de baixa renda como se obedecesse a uma lógica holista “tradicional”.⁵ Nesta visão, se

5 Ver também as críticas sobre aspectos desse modelo em Szymanski (1995) e Vaitsman (1997). Couto critica a análise estruturalista de Sarti sobre “a família dos pobres”: “[...] entendo que qualquer estudo que intente abordar as transformações que atravessam a vida cotidiana familiar dos sujeitos que vivem no universo da pobreza deve considerar que, junto aos valores tradicionais e familiares, estão postas aspirações individualistas e modernas. Se a noção de indivíduo moderno (relacionada a valores de privacidade, autonomia, autodesenvolvimento e igualdade) não deve ser ingenuamente utilizada na compreensão das relações entre sujeitos neste universo; há que conceber, ao menos, a interface entre o moderno e o tradicional, que aspirações de mudança e novas expectativas de vida permeiam o universo prático e simbólico dos sujeitos” (Couto 2005: 211-212).

entende os bairros de baixa renda como espaços onde as pessoas, como entidades individuais, são supostamente subsumidas (“englobadas”) por um *ethos* e/ou uma ideologia holista.

Esse desinteresse pelo processo de individuação na construção da pessoa corre paralelo à continuada adesão a aspectos centrais de uma abordagem estrutural-funcionalista, especialmente notável em estudos sociológicos sobre a “família”. Somada à ainda incipiente ou parcial rejeição do modelo estrutural-funcionalista – ou até da própria abordagem funcionalista, no sentido malinowskiano – na abordagem de temas estritamente relacionados, como o parentesco,⁶ esta negligência tem resultado em um empobrecimento da discussão sobre as formas de relacionamento através de idiomas de parentesco, que toma sua forma vivida numa dinâmica composta de processos que individualizam, e processos que relacionam, o nosso tema principal no presente artigo.⁷ Baseadas em uma discussão etnográfica, argumentamos que, ao desviar a atenção do etnógrafo dos processos de individuação, perde-se de vista não somente aspectos-chave da constituição da pessoa, mas também da dinâmica que está atrás da constituição da conectividade (*relatedness*).

Em recentes publicações sobre nomes e pessoalidade (*personhood*) na Bahia, há uma revitalização desse campo. Pina-Cabral (2007b) mostra que, ao mesmo tempo que individua, o nome coloca a pessoa em uma rede de relações. No seu estudo realizado em Valença, centro urbano baiano, e em outras etnografias realizadas em áreas de baixa renda da região, há claras evidências de que a individuação é altamente valorizada e de que não contradiz processos relacionais (Viegas 2008; Bustamante 2009).⁸ No presente estudo dialogamos com esses trabalhos, ao mostrar que as dinâmicas de parentesco em Prainha envolvem uma tensão constante entre individuação e relacionamento. Esta tensão, inerente à constituição da conectividade, é vivida em termos colocados pelos idiomas de gênero e toma expressão material e simbólica na casa.⁹ Dessa forma, seguindo o trabalho pioneiro de Marcelin (1999), nossa exposição etnográfica

6 Evidenciado no continuado investimento nos estudos da “família”, noção carregada de implicações biologistas e atrelada aos modelos funcionalistas, por exemplo, na sociologia da família. Ver Segalen (2000).

7 Outro efeito lamentável é a continuação da perniciosa divisão de trabalho entre, de um lado, o estudo das classes médias e elites, tidas como progressivamente inseridas num mundo moderno regido pelo individualismo, onde a cada pessoa é outorgada a possibilidade de uma existência por si, no singular, e onde a individuação pode florir, e de outro lado, os estudos sobre as classes baixas, onde o indivíduo está ou mergulhado no anonimato, ou submetido pelos outros a uma existência coletiva primordial como parte inseparável do grupo, ou seja, numa situação onde a individuação é sufocada.

8 Ver Vaitsman (1997) para uma discussão de etnografia do sul do Brasil que apoia esse ponto.

9 Ao destacar a importância da categoria nativa “casa” – ao mesmo tempo material e simbólica – seguimos Pina-Cabral (2005), que sinaliza a importância de incluir a materialidade nas análises antropológicas.

revela a centralidade da relação entre pessoa e casa na criação dos laços de parentesco e de afinidade.

A ANTROPOLOGIA DA PESSOA, PARENTESCO E GÊNERO NO BRASIL

Na Bahia, é comum referir aos laços entre parentes como relações de “sangue”.¹⁰ A expressão “parente de consideração”, também amplamente usada, não deve ser entendida como evidência de um conceito de “parentesco classificatório” (como um raciocínio morganesco ou funcionalista implicaria). Ao abordar a terminologia de parentesco como integrada na constituição prática e cotidiana das relações sociais, e não como inserida numa dicotomia classificatória, concebida *a priori*, entre parentesco real e classificatório, ou seja, a partir de uma perspectiva processual e de um foco sobre a prática, revela-se a estreita relação entre a construção cotidiana de laços de “sangue” e de “consideração” e a constituição social de indivíduos generizados (*gendered*).

A crítica das abordagens estrutural-funcionalistas que predominaram no estudo do parentesco até os anos 70 (Fonseca 2007, 2003) levou a uma ênfase maior nos aspectos processuais do parentesco, aliada a uma forte investida na desconstrução dos pressupostos biologizantes por trás dos modelos malinowskianos empregados (Franklin 1997). Houve um alargamento da visão sobre o campo. Curiosamente, a despeito desse movimento, no Brasil ainda há uma predominância de abordagens que continuam a dialogar criticamente com a herança do estrutural-funcionalismo, talvez por conta da estreita relação entre a antropologia e a sociologia no campo dos estudos da “família”. De fato, poucos estudos confrontam a naturalização do núcleo familiar – “a família” –, que é visto como unidade estrutural básica do parentesco. Como Couto nota sabiamente, se referindo a estudos conduzidos no Brasil:

“Dos estudos sobre família, e mesmo sobre as famílias populares urbanas, produzidos durante décadas pelas Ciências Sociais emerge um paradoxo: a volumosa e excelente produção empírica e a ausência de esquemas teóricos interpretativos que deem conta dos dados levantados, das mudanças observadas e das novas faces que esta apresenta. A falta de um entendimento da instituição familiar como processo e não como uma estrutura fixa no tempo tem provocado, segundo diversos autores, distorções nas interpretações do universo familiar (Bilac 1995; Corrêa 1993; Goldani 1993; Jelin 1995; Scott [1996b]; Szymanski 1995)” (Couto 2005: 209).

No entanto, a naturalização da família como objeto principal de estudo quando se trata de parentesco sustenta a sobrevida não natural do

10 Ver, por exemplo, Woortmann (1987) e Marcelin (1999).

estrutural-funcionalismo – ou, pelo menos, conceitos importantes ligados a essa abordagem –, conferindo assim uma estranha paralisia ao avanço teórico. Fonseca (2007) aponta a problemática biologização e reificação de conceitos como o de “família” nos modelos de análise ainda aplicados. Fica evidente que a adoção de uma visão processualista é necessária, mas não é suficiente para responder às limitações de uma antropologia do parentesco pautada num modelo analítico que ainda naturaliza a “família” – e, em muitas versões, a família conjugal – como se fosse um “átomo” universal do parentesco moderno brasileiro. Abundam evidências na etnografia que apontam para a pobreza analítica que resulta desta visão. Há uma pluralidade de arranjos residenciais e de formas de se organizar o parentesco, entre os quais a família conjugal é apenas uma das formas que se concretizam na prática (Fonseca 2002, 2003; Hita 2008; Machado 2001). Sem uma desconstrução adequada da naturalização da “família conjugal” como unidade básica ideal, esta heterogeneidade pode ser interpretada como copresença de “múltiplas estruturas”, talvez resultado de desestruturação, ou de “um ciclo de vida doméstico”, linhas de análise que permanecem presas ao velho e criticado estrutural-funcionalismo.

Na literatura sobre parentesco em bairros de baixa renda em Salvador, há uma forte tendência a tratar os arranjos residenciais que não correspondem ao modelo de família conjugal como desvios da norma e sinais de “desestruturação” ou “inacabamento”, num claro eco das críticas vindas de ideólogos da família cristã.¹¹ Para alguns autores, como Woortmann (1987), as dificuldades que as famílias de baixa renda enfrentam em seguir as normas hegemônicas levam a um pragmatismo na organização da vida familiar e das uniões conjugais, resultando em outros fenômenos frequentemente notados, como a matri-focalidade e a chefia feminina das famílias (Scott 1996a; Agier 1990a; Hita 2008). O uso de conceitos estrutural-funcionalistas em conjunção com uma ênfase sobre a estrutura de classe caracteriza esta linha de estudos sobre parentesco no Brasil, mas também na região latino-americana (Scott 2005). Essa abordagem conjuga a dicotomia entre estrutura familiar normativa e família desestruturada com a dicotomia entre tradicional e moderna, lançando mão de um certo pessimismo quanto às “famílias trabalhadoras”, as quais, na luta pela sobrevivência, não conseguem realizar o sonhado modelo familiar nuclear, como Scott sinaliza:

“[...] nas cidades estas análises apresentam múltiplos retratos de ‘famílias trabalhadoras’, de economias de setores informais que respondem a lógicas de organização e ciclos familiares, de famílias que elaboram as suas próprias ‘estratégias de sobrevivência’, ou de grupos atingidos pelos efeitos

11 Seguindo o exemplo de Thales de Azevedo, etnógrafo pioneiro em Salvador, que caracterizou famílias chefiadas por mulheres como “parciais” (Azevedo 1959, 1966).

sociais e econômicos de marginalização, ou pela sua situação como ‘exército de reserva de força de trabalho’. Grosso modo, estes estudos desmentem a imagem de uma família em processo de ‘nuclearização modernizadora’ ressaltando como a modernização desestrutura e desorganiza estes domicílios” (Scott 2005: 232).

Uma década depois de Woortmann, Sardenberg (1998) contribuiu para esse debate, com uma clara inspiração neomarxista, a partir de um ângulo feminista, e dá maior ênfase à matrifocalidade como um aspecto do “ciclo de vida do grupo doméstico” em classes trabalhadoras em Salvador. Assim como Agier, a citada autora enfatiza a luta pela sobrevivência como uma marca dessas formas de organização familiar. Mais recentemente, uma discussão sociológica de famílias matrifocais negras em Salvador se atrela à tradição de análise estrutural-funcionalista, e também retoma o velho tema do poder feminino à luz de um estudo etnográfico sobre arranjos de residência, redes de sociabilidade e as trajetórias dos grupos familiares (Hita 2008). Já Hita e Duccini (2008) advogam uma maior ênfase sobre os processos, a partir da discussão das “trajetórias familiares”. A despeito da inclusão de uma perspectiva fenomenológica, as autoras tratam o “processo” como fruto da agência de atores individuais que fazem suas escolhas num mundo moderno em ebulição. Desse modo, sua análise lança mão de uma oposição entre ação individual e estrutura social, e assim permanece presa ao paradigma moribundo, enquanto deixa de lado a constituição e conceitualização das relações nos idiomas e práticas locais – ou seja, prefere (pelo menos na metalinguagem analítica) impor conceitos analíticos do que buscá-los na etnografia. O paradoxo para o qual Couto nos chama a atenção ainda resiste.

Qual a saída? Duas linhas recentes no estudo do parentesco, família e organização social, desenvolvidas com referência a outras áreas etnográficas, estão emergindo no Brasil. A primeira linha é conhecida como o “novo parentesco”. Pautada na crítica feminista e schneideriana dos estudos “clássicos”, parte da análise dos idiomas e das práticas nativas de “conectividade” (*relatedness*) (Carsten 2000, 2004; Fonseca 2007). Suas expoentes tendem a focar temas como a reprodução assistida e a adoção. A segunda linha, inspirada originalmente nos escritos de Lévi-Strauss sobre “sociedades de casa”, enfoca “a casa” como lugar *par excellence* da constituição simbólica e prática do parentesco (Carsten e Hugh-Jones 1995).

Esta é a perspectiva adotada por Marcelin (1999) em uma pesquisa realizada em Cachoeira, pequena cidade no Recôncavo Baiano, a cerca de uma hora de distância de Salvador. Marcelin destaca a centralidade da “casa”, no seu sentido simbólico, para a construção do parentesco no local, e desse modo se distancia das abordagens genealógicas que sustentam os modelos estrutural-funcionalistas. Marcelin toma a casa e suas transformações como o ponto de

partida da sua análise. O autor tece uma crítica contundente à tendência na literatura a proceder como se as pessoas de classes de baixa renda não construíssem o mundo simbolicamente, e, em decorrência disso, a lhes atribuir os mesmos valores que às classes altas, pressupondo a sua adesão às mesmas ideologias de parentesco, adaptadas de forma pragmática ou mal-sucedida às suas condições de vida. Marcelin (1999) defende a necessidade urgente de estudar o modo como as pessoas de baixa renda concebem e habitam as suas casas, para dessa perspectiva entender as relações sociais que envolvem as experiências de família e parentesco em toda a sua complexidade. Em Cachoeira identificou que “a casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam de sua construção – no sentido simbólico e concreto” (Marcelin 1999: 36). A casa faz parte de uma configuração ou conjunto que não é imediatamente localizável para o pesquisador. Esse conjunto não corresponde ao conceito de “família extensa”. Trata-se de uma conceitualização, por meio da categoria cultural “casa”, de processos relacionais entre agentes familiares originários de várias casas. Os agentes pesquisados se movem em uma configuração formada por duas a sete casas que estão localizadas em um espaço próximo (o bairro), menos próximo (a cidade) e afastado (a periferia de Salvador, ou outras regiões).

O presente artigo se inspira nessas duas novas tendências, ou seja, aborda os processos relacionais através da centralidade da casa em Prainha, e explora as possibilidades analíticas abertas pelo “novo parentesco”. Para concretizar esse projeto, contudo, é necessário trazer uma discussão teórica adicional à pauta, aquela levantada por críticas recentes à abordagem cesurista da pessoa.

O anticesurismo frente à pessoa e ao gênero na Bahia

O “novo parentesco” se pauta numa reexaminação etnográfica da pessoalidade. Na literatura brasileira sobre a pessoa, a influência de Mauss e Dumont, na formulação dada por Roberto DaMatta, tem sido predominante. Mauss estabeleceu diferenças entre o indivíduo e a verdadeira pessoa, onde a pessoa é definida em termos legais e morais, como um conceito abstrato e teórico, pesquisado através da história e da filosofia (Carsten 2004). Mauss influenciou Dumont, cuja comparação entre a sociedade de castas na Índia e a sociedade francesa deu origem à distinção dumontiana entre a sociedade tradicional e a moderna. A primeira é regida pelo holismo, onde prevalece uma ideia coletiva do “homem”. Por contraste, a sociedade moderna é regida pelo individualismo. Dumont é referência na antropologia brasileira no que diz respeito à cristalização deste binarismo como eixo conceitual influente. Pertence a um posicionamento ideológico que Pina-Cabral (2007a), seguindo Gellner, denomina “cesurismo”. O cesurismo pressupõe a existência concreta do “Ocidente”, que em um momento da sua história alcançou a condição moderna, diferentemente das sociedades não ocidentais, que são rotuladas de “tradicionais”.

O trabalho de DaMatta (1991, 1984), fortemente influenciado por Dumont, é uma referência importante para a antropologia do Brasil. Diferentes interesses de pesquisa e mais de uma forma de entender a pessoa surgiram a partir da discussão de suas ideias. Seguindo DaMatta, grande parte das pesquisas sobre grupos de baixa renda no Brasil toma como pressuposto que se trata de grupos holistas, na medida em que predominam os interesses do grupo e não existe espaço para projetos individuais (ver, por exemplo, Heilborn 1997; Sarti 2003). Gilberto Velho (1981) adota a mesma perspectiva, ao discutir o individualismo como uma ideologia que caracteriza as classes médias.

Essa perspectiva, que tem origem na obra de Dumont, tem suscitado críticas crescentes. Ao discutir o parentesco na Europa, Carsten (2004) argumenta que, sem deixar de reconhecer a importância do individualismo – e sua expressão nos discursos religioso, legal, médico, filosófico etc. –, é importante reconhecer que as noções ocidentais de pessoa expressam também outros valores que estão presentes em contextos familiares e cotidianos. Assim, as mesmas histórias podem ser entendidas em termos dos “direitos” dos seres humanos individuais e também exemplificam como laços de parentesco próximo são intrínsecos à constituição social de pessoas. Pina-Cabral (2007a) questiona os pressupostos da categorização de Dumont – a ideia de que o Ocidente alcançou a condição moderna e que há outras sociedades que não são modernas – e sugere dissolver a oposição entre holismo e individualismo. O autor se situa dentro de uma: “[...] nova concepção antropológica de ‘pessoa’, que se posiciona contra o conceito maussiano de indivíduo, pois se recusa a atribuir qualquer anterioridade à pessoa física. A pessoa humana é concebida como sendo socialmente construída” (Pina-Cabral 2007a: 105).

Nesta perspectiva anticesurista: “[o] ‘individualismo’, o ‘Ocidente’, a ‘modernidade’ deixam de ser vistos como condições cuja emergência futura é incontornável, e passam a ser vistos como referentes culturais cuja atuação em um campo de hegemonias é parte do que nos compete estudar” (Pina-Cabral 2007a: 105). É no contexto desta discussão crítica que este autor e outros antropólogos realizaram estudos etnográficos que contemplam diversas formas de individuação na Bahia, conforme já mencionado (Viegas 2008; Pina-Cabral 2007b). Na linha da etnografia crítica ao dumontianismo, ao detalhar a construção processual da pessoa generizada em um contexto hospitalar em Salvador, McCallum (2007) mostra que, ao tratar as usuárias como anônimas, as práticas hospitalares resultam na dupla negação de individuação e de relacionamento.

Aqueles estudos etnográficos brasileiros sobre a população de baixa renda que adotam uma visão cesurista da pessoa têm retratado as relações de gênero como conturbadas e caracterizadas por diferenças de poder. Ao relacionar estas características aos conceitos nativos sobre papéis e atributos masculinos e femininos, pretendem explicar a pronunciada divisão sexual do trabalho nesta

população. Os etnógrafos descrevem como as pessoas que pertencem aos grupos de baixa renda dividem o espaço urbano conceitualmente entre “a casa”, território feminino, e “a rua”, esfera masculina.¹² E, não raramente, relacionam o aspecto “cultural” desta associação a um suposto aspecto “natural”, mesmo que implicitamente. No presente artigo, esse modelo, que está atrelado ao pressuposto de que o “doméstico” é naturalmente “feminino”, é desmentido. Não obstante, em vez de mostrar que, pelo contrário, é amplamente cultural e social, tratamos de explorar a constituição cotidiana das associações simbólicas atreladas ao gênero, o que pretendemos fazer sem cair na armadilha da dicotomização e da reificação (seja de corpos duplamente biológicos e culturais, seja de espaços vistos como mais naturais, ou mais sociais). Entendemos o gênero como constituído diariamente e micro-historicamente ao longo dos anos, no sentido apontado por Toren (2002), no lugar de ser “construído”, no velho sentido do gênero como ideal cultural sobreposto ao sexo biológico.

Nossa etnografia mostra que há uma “feminilização” de atividades necessárias para a sobrevivência (preparo de alimentos, lavagem de roupas, higiene, entre outras) assim como do cuidado das crianças, e que isso é um aspecto central e estruturante do dia a dia em Prainha. Na base da descrição do cuidado infantil ou da vida de uma “dona de casa”, é possível dizer que tanto as casas quanto os processos relacionais que as constituem são “generizados” (*gendered*). No entanto, não se deve entender isso como uma construção cultural (expressão que implica uma construção sobre algo que não é cultural); nosso argumento procura mostrar que, para os moradores de Prainha, esses processos constitutivos de significados tomam lugar como parte da dinâmica que resulta da relação entre os processos de individuação e os de conexão social. Uma das formas de conectividade constituídas é a conjugalidade, que se passa, idealmente, no interior das casas, assim que são construídas e habitadas.

“CASA NORMAL” OU “CASA CHEIA”:

TENSÕES ENTRE FAMÍLIA CONJUGAL E PARENTES

Nossa etnografia, realizada em Salvador entre 2003 e 2006, mostra que as pessoas de baixa renda conseguem se individuar através das relações conjugais, ao constituir um espaço simbólico para si mesmas, o cônjuge e os filhos. Mas o processo de individuação depende da ajuda dos parentes e está carregado de tensões.

Em Prainha, bairro onde conduzimos nossa investigação, no geral os moradores são visivelmente afrodescendentes (como a maioria da população de

12 Embora esta associação não seja considerada exclusiva desses grupos. Ver Machado (2001) e DaMatta (1991).

Salvador) e de baixa escolaridade.¹³ O acesso a serviços (de saúde, educação, saneamento básico, luz, telefone, coleta de lixo, transporte público) é crescente. Várias instituições foram instaladas em Prainha nos últimos anos, entre as quais as mais importantes, talvez, são a Unidade de Saúde da Família, que presta serviços de cuidado e atenção básica, e o posto de polícia, que visa melhorar a segurança. Contudo, o progresso é visto como lento e os níveis de renda continuam baixos. É comum o desemprego ou o subemprego e, na vida dos moradores, é frequente a alternância entre períodos de emprego e desemprego.

Detalhar os idiomas e práticas socioculturais locais é um passo fundamental para superar os impasses postos pelo paradigma estrutural-funcionalista, entre os quais o continuado apelo à “família nuclear” como categoria analítica para desvendar a organização social das ditas “camadas populares”. Ao tratar o tema na perspectiva “indígena”, revela-se a importância do conceito e, ao mesmo tempo, a sua maleabilidade. É importante sublinhar que a forma de arranjo domiciliar que goza de maior prestígio em Prainha é mesmo a de pai, mãe e filhos morando juntos, onde o homem é o provedor e a casa goza de independência. Os moradores das ruas vizinhas onde concentramos o estudo se referem a esse conceito de vez em quando, como fez Mila – uma menina de 13 anos.

Ao falar sobre a casa de uma colega da mesma idade sentada ao seu lado, Mila comparou duas formas de organização residencial – “normal” e “cheia”. Ela falou:

“‘Na casa dela tem um monte de parentes, é uma casa cheia. Mora todo mundo lá. Mora mãe, tio, tia, avó, primo. Mora um monte de gente na casa dela’. Perguntei: ‘E a sua casa, como é a sua casa?’ Mila respondeu que a casa dela é uma casa normal. Eu: ‘Como assim normal?’ Mila: ‘Na minha casa mora meu pai, minha mãe, minha irmã e eu’. Ela falou que tinha dois irmãos, e um deles, um menino de 15 anos, mora com um homem do trabalho” [DC].¹⁴

Mila relaciona a “casa” com o grupo de parentes que mora nela. Considera que sua casa é “normal” (e, implicitamente, melhor) porque só moram ela, os pais e os irmãos, ou seja, uma família nuclear. Este relato ilustra que um arranjo formado por ambos os pais e os filhos – como o de Paula e Ed, o casal mencionado na introdução – é altamente valorizado; e o fato de estar inserido

13 A pesquisa envolveu observação participante no bairro entre 2003 e 2006, durante a qual realizou-se entrevistas com moradores (Bustamante 2009).

14 O trabalho de campo foi realizado por Vania Bustamante. Por isso em algumas referências ao trabalho de campo usamos a primeira pessoa. As iniciais DC se referem ao diário de campo.

em relações cotidianas com outros parentes é considerado secundário.¹⁵ Mas quando se coloca em prática a constituição de uma família dessa forma, quais são os significados e valores em operação? Em que sentido a família conjugal com sua prole se torna (ou não) independente e “nuclear”?

Algumas coisas mudaram quando Paula e Ed construíram sua casa. Dona Dália, a tia de Paula, que constantemente criticava a forma como o casal tratava a filha Sandra quando moravam com ela, já não tem a mesma facilidade para intervir. Em princípio, Paula não precisa da casa da tia para realizar atividades cotidianas. No entanto, é frequente que falte água na casa dela, ao contrário da casa de Dona Dália, onde há mais água por estar no térreo. Às vezes acaba o “bujão” de gás, e então Paula precisa cozinhar na casa da tia. Paula frequentemente precisa da ajuda de parentes que moram em outras casas, não só de Dona Dália – cuja casa é a melhor equipada –, mas também da irmã Bete e do padrinho, que residem em ruas adjacentes. Assim, os membros de uma casa precisam cotidianamente da ajuda que vem de outras casas para viabilizar a sobrevivência. Este arranjo conforma a relação entre “casa” e “configuração de casas” da qual fala Marcelin (1999) no seu estudo sobre parentesco e “família” em Cachoeira.

Paula, Ed e seus parentes diferenciam claramente a casa de Paula da de Dona Dália. Trata-se de duas casas – e não de uma casa ampliada – que fazem parte de uma configuração que inclui no mínimo outras três casas. Neste sentido, durante o tempo que durou o trabalho de campo identificamos trocas cotidianas entre a casa de Paula, a da irmã Bete, a de Dona Dália e a do irmão dela, mas não podemos afirmar que são estas as únicas que integram a configuração. Não seria correto dizer que estas casas são anexas da casa matriarcal e que, consequentemente, estamos diante de um arranjo matrifocal. Dona Dália não é uma matriarca nos moldes descritos por Hita (2008), no seu estudo em outro bairro “popular” de Salvador; mas, na medida em que tem uma casa bem equipada e renda fixa, ela é uma figura central nessa configuração.

Paula e Ed valorizam a liberdade de tomar decisões conjuntas e com certa independência frente aos parentes, mas, ao mesmo tempo, precisam deles cotidianamente e os procuram em momentos especiais. “A família acabou, a família é isto”, Ed costuma falar, indicando que “isto” são a esposa e os dois filhos. Nesse sentido, reclamam da ausência da família para ajudá-los quando precisam e sentem que eles dão mais ajuda do que recebem. No entanto, Paula e Ed procuram manter e construir os laços de parentesco, não só com parentes que fazem parte

15 Outros estudos evidenciam a mesma atitude em diversas regiões do Brasil. Por exemplo, Fonseca (2002) mostra que no sul do Brasil a prática de entregar uma criança para ser criada por parentes ou vizinhos de forma provisória ou permanente não é reconhecida como uma forma legítima de criação, nem valorizada da mesma forma que a criação dentro de uma família nuclear. Esta “circulação de crianças” também faz parte do cotidiano em Prainha.

do conglomerado de casas, mas também com os parentes menos próximos. Por exemplo, organizaram um churrasco para reunir os parentes morando mais longe, o que levou a reclamações posteriores, porque alguns (como Bete, a irmã de Paula) não contribuíram com carne para assar durante o churrasco conforme esperado. O casal reclama – mas mesmo assim não corta relações. Paula justifica essa atitude assim: “Eu ajudo porque, quem sabe, se um dia eu precisar...” De fato, o casal precisou de muita ajuda quando os dois se acidentaram. Primeiro Ed quebrou uma perna e depois Paula quebrou um braço. Nessa época ambos tinham que frequentar serviços de saúde para fazer cirurgias, curativos, consultas e sessões de fisioterapia. Os filhos ficavam em casa e sempre tinha alguém para dar comida e banho, ou levá-los e pegá-los na escola – a irmã ou Dona Dália, ou a esposa do padrinho ou então amigos do casal.

Como no caso de Paula e Ed, a independência da família conjugal é sempre relativa e instável. Não deve ser entendida como um ideal estrutural a ser alcançado, mesmo porque representa apenas um entre outros eventuais ou possíveis arranjos residenciais, todos transitórios, e todos centrados na valorização simbólica da casa. A materialização de uma casa que abriga uma família conjugal – “normal”, nas palavras da jovem Mila – é possibilitada por uma rede maior de relações, como aquelas entre parentes consanguíneos. E é no dia a dia dessa rede vivida (não aquela recriada pelo antropólogo nos seus diagramas genealógicos) que a casa adquire seu poder constituinte.

MULHERES SOZINHAS? FILHOS E PARENTES OU PARCEIROS

Para repensar a dinâmica da constituição da conectividade em idioma de parentesco vivido é necessário deixar de lado os pressupostos analíticos atrelados à noção clássica de “ciclo de vida doméstico”. Conforme sinalizamos, um dos pressupostos mais resistentes é a centralidade atribuída à relação conjugal. As histórias de duas irmãs, seus relacionamentos afetivos e reprodutivos, e a participação dos seus familiares, evidenciam a centralidade da casa como símbolo constitutivo tanto de conectividade como de individuação. A discussão que segue das histórias dessas irmãs ajuda a análise a escapar do pressuposto da conjugalidade.

Alícia mora com os quatro filhos em uma casa própria que ela mesma construiu na laje da casa da mãe, enquanto morava na “maré” em um barraco de palafitas – seu lar desde que engravidou, aos 17 anos. A sua mãe, Dona Neda, a ajudou a conseguir esse barraco, pois ambas consideravam que era melhor que Alícia tivesse a casa dela, agora que iria “casar e ter filho”. Nesse momento, Alícia esperava formar uma nova família com seu parceiro e sua pequena filha, e para conseguir isto era importante ter uma casa. Alguns anos depois, quando Rique, o segundo filho, já tinha nascido, construiu uma casa na laje dada pela mãe.

Em agosto de 2003 Alícia tinha 24 anos e três filhos e acabava de se separar do segundo companheiro, o pai de Rique e Anderson. Alguns meses depois iniciou convivência com Beto, um jovem de 19 anos, que passou a ajudá-la economicamente e em alguns aspectos do cuidado dos filhos. Em 2004 Alícia engravidou de Beto. O casal já estava separado – porque Beto “se envolveu com outra mulher” – quando nasceu Danielle. Poucos meses após o parto, Alícia fez uma esterilização cirúrgica. Talvez nesse momento Alícia não esperasse mais ter uma família, no sentido de marido, filhos e uma casa. Mas ela ainda esperava encontrar um parceiro. No final de 2006 a presença de Cao atendeu às expectativas de Alícia, de seus filhos e parentes. Cao, ao contrário de Beto, “botava as coisas dentro de casa”, o que trouxe um período de menor precariedade econômica, até que Alícia se separou de novo. Nos meses que se seguiram, ela teve vários relacionamentos de curta duração e continuou morando na sua casa com os seus quatro filhos.

A sua irmã mais velha, Lucineide, também construiu na laje da mãe, ao lado da casa de Alícia, após morar por alguns anos na “maré” com o marido e os dois filhos. Usou o dinheiro do próprio trabalho como empregada doméstica, numa época em que já estava separada. No final de 2005 Lucineide engravidou do terceiro filho, aos 40 anos, “sem planejar”, produto do relacionamento com Carlos, que já lhe pedia para morar com ela. Apesar da insistência, ela não aceitou.

Alícia e Lucineide viveram distintas trajetórias, com maior estabilidade e menor troca de parceiros no caso da irmã mais velha. A trajetória de Lucineide aproxima-se mais do que tem sido retratado na literatura como um “ciclo de vida doméstico normativo”, organizado sobre um modelo de feminilidade da classe hegemônica. Ela criou os filhos e apoiou o marido (enquanto continuou casada) com seu trabalho de empregada doméstica. Já Alícia desviou-se mais da suposta norma, ao ter muitos filhos, cada um com um pai diferente. Ao discutir sua etnografia sobre Recife, Scott (1996a) mostra que homens e mulheres divergem nas suas expectativas sobre a vida familiar; e que ambos mudam sua forma de pensar em diferentes momentos do “ciclo de vida doméstico”. Inicialmente as mulheres buscam o casamento e, como frequentemente a primeira união não atende às expectativas, algumas delas encontram mais desvantagens do que vantagens em morar com um homem, especialmente quando este está desempregado.¹⁶ Após uma primeira separação, normalmente as mulheres já têm um lar – filhos e, muitas vezes, uma casa –, enquanto o homem tem que decidir entre morar só ou relacionar-se com uma nova mulher, também separada, a quem ele vai permitir e até estimular a trabalhar. Assim, não será o único provedor e o grupo doméstico terá mais recursos para lidar com a pobreza.

16 Diferentemente das mulheres, os homens não têm pressa para casar, mas buscam ter vida sexual. Para eles, um lar não faz parte do projeto de vida e a primeira união se dá como resposta a uma gravidez não esperada (Scott 1996a).

Lucineide teve vários anos de casamento e hoje tem dois filhos adolescentes que, junto com outros parentes, podem ajudá-la na sobrevivência. Além disso, por ter tido um casamento de vários anos, identifica desvantagens em ter um homem morando com ela. Não desiste do relacionamento afetivo-sexual, mas o separa da coresidência. Se quisermos aplicar o modelo de “ciclo de vida doméstico”, Alícia estaria mais próxima das mulheres que estão no início da trajetória matrimonial e reprodutiva, que têm a expectativa de casar e ter filhos com um homem que as sustente. Seus filhos são muito pequenos e não podem ajudá-la financeiramente. No entanto, ao longo dos anos há uma mudança nas estratégias de Alícia, concretizada na sua decisão de fazer uma esterilização cirúrgica. Como para as mulheres de Camaragipe, município próximo a Recife, a cirurgia lhe proporcionou maior controle sobre a sua própria vida, um sentido de projeto que pode ser entendido como compondo uma forma possível de se individuar (Dalsgaard 2006).¹⁷

A aplicação da noção de “ciclo de vida doméstico”, que implica uma análise estrutural-funcionalista, tem a vantagem de colocar em relevo a relação entre mudanças ao longo da vida de uma pessoa e as diferenças de gênero. No entanto, o conceito tende a obscurecer as enormes diferenças entre homens e mulheres em faixas etárias semelhantes, enquanto normaliza certas formas de comportamento ou discurso. Abre mão de uma necessária discussão das diferenças geracionais, assim virando as costas para a história (Britto da Motta 2007). E ainda, ao focalizar na conjugalidade – que é apenas uma das formas de conectividade vividas e valorizadas pelos moradores de Prainha (e outros bairros de baixa renda no Brasil) –, tira o foco da construção constante de relações com parentes consanguíneos, que é mais ativa e presente no dia a dia destes do que as próprias relações conjugais.

Alícia e Lucineide construíram suas casas sem a ajuda de parceiros, utilizando a laje que foi oferecida pela mãe. Faz parte do cotidiano das duas irmãs e dos filhos de ambas transitarem entre várias casas, especialmente o conjunto de três casas mais próximo – as casas de Lucineide, Alícia e Dona Neda. As trocas entre os membros das três casas envolvem aspectos cotidianos tais como a alimentação, mas também no que diz respeito aos inúmeros contatos com serviços de saúde. Às vezes Alícia precisa de dinheiro para pagar o transporte para levar Anderson a serviços de emergência, quando este tem crises de asma. Nessas ocasiões, Lucineide e Dona Neda “tomam conta” das outras crianças. Algumas vezes Danielle fica na casa da avó paterna. Nesses momentos, a presença dos irmãos Márcio e Manoel se torna mais visível. Márcio empresta

17 A discussão de Dalsgaard (2006), que fez uma pesquisa etnográfica com mulheres que optaram por uma esterilização cirúrgica, parece-nos adequada para pensar sobre a situação de Alícia. Assim como as mulheres pesquisadas por Dalsgaard, ao procurar a esterilização, Alícia busca conseguir maior controle sobre a própria vida e tornar-se um membro digno da sociedade, após ter tido quatro filhos, algo que é malvisto pelos profissionais de saúde e por sua própria mãe.

dinheiro e facilita o acesso aos serviços da unidade de saúde da família. Frequentemente, Manoel ajuda com os custos do transporte ao acompanhar Alícia ao hospital, por ter direito ao uso livre do transporte público junto com um acompanhante. Tratando de Porto Alegre, Fonseca (2003) notou a frequência de uma grande cumplicidade e a escassa tensão entre irmão e irmã, ao contrário do que ocorre nas relações entre cônjuges ou entre parentes femininos. Em Prainha, como o caso dos irmãos Alícia e Manoel ilustra, há uma significativa presença dos irmãos, especialmente em momentos de crise.

As relações com parceiros são apenas uma dimensão na construção de vínculos familiares para Alícia e Lucineide. Embora elas sejam destacadas – especialmente por Dona Neda, que espera que suas filhas encontrem parceiros que possam oferecer suporte financeiro –, no dia a dia, as relações com parentes, consanguíneos (mãe, irmãos, sobrinhos, entre outros) e de “consideração”, são mais centrais. Para ambas as irmãs, o caráter temporário das relações com parceiros contrasta com as relações duradouras com os parentes consanguíneos, e isto tem expressão na casa, que é o maior bem material que ambas possuem.

CASA E CONFIGURAÇÃO DE CASAS

A conectividade, ou, no idioma local, os laços de “sangue” e “consideração”, é construída na interdependência entre a casa e a configuração de casas. Quando perguntei a Dona Sônia quem era a sua família, ela disse: “Eu sou dos Oliveira de Maragogipe”. Mencionou o nome da mãe, ainda viva, e o do pai e outros parentes já falecidos. Quando perguntei se tinha parentes em Prainha, falou dos três filhos mais novos e dos vizinhos: “Meus vizinhos é minha família” e, em seguida, especificou a quem se referia, deixando transparecer que não se tratava de todos os vizinhos: “Tem Rosa, Augusta, que é gente especial, 72 anos e 85 anos. É mesmo que ser uma mãe. Tem Aurelina, uma pessoa muito especial. Hoje é crente, tem seis filhinhos, tudo especial”. A partir de uma análise dessas relações cotidianas de Dona Sônia com os filhos e com as “vizinhas-família”, chegaremos a um entendimento mais claro sobre como se constroem laços de “sangue” e “consideração” na interdependência entre a casa e a configuração de casas.

Dona Sônia e muitas outras vizinhas na “maré” receberam casas em Prainha no início da década de 1980. Quando morava na “maré” já era vizinha de Dona Aurelina, Dona Rosa e Dona Augusta.¹⁸ Em 2003 a casa já era de “material nobre” e continuava em construção. Foi Rodrigo, o filho predileto, quem construiu a casa – um espaço formado por cinco cômodos: dois quartos,

18 As quatro mulheres têm características comuns: tiveram várias uniões e atualmente são viúvas, estão aposentadas e têm renda fixa, o que lhes permite contribuir para o sustento dos filhos e netos com quem convivem.

sala, cozinha e banheiro. Dona Sônia morava nessa casa com a filha Jeane, em cima moravam Rodrigo e sua esposa Luzia, e ao lado Jussira e Cristóvão.

“Vá na casa de minha nora, vá conhecer meu neto”, sugeriu Dona Sônia em uma das primeiras visitas. Resolvi então ir. Subi as escadas e bati na porta. Luzia (24 anos) estava com Rodrigo (24) e o filho Emerson (2). No quarto havia uma cama, um berço, um armário, uma tevê, alguns objetos de cozinha, brinquedos e outros objetos de menor tamanho. Luzia explicou que Rodrigo ainda estava construindo a casa do casal. Ela tinha deixado a casa da mãe há alguns meses, assim que Rodrigo terminou de fazer o quarto, pois eles já tinham um filho.

No novo lar, Luzia tinha independência, apesar de usar a cozinha e o banheiro da casa da sogra. Um dia, algumas semanas depois, notei um novo aparelho de som na casa, sobre o qual comentei e ela disse: “Melhor a gente não ter que descer para ouvir música”. Luzia tentava fazer o máximo de atividades na casa dela. No entanto, inúmeras vezes durante as minhas visitas achei ela na casa da sogra cozinhando, comendo, dando comida a Emerson ou lavando roupas.

Ao lado da casa de Dona Sônia encontra-se a casa da sua filha, Jussira (26 anos) e seu genro, Cristóvão (33), que é filho de Dona Rosa. Não é muito diferente da casa de Luzia, embora inclua dois cômodos. Para construí-la, uma parte da casa de Dona Rosa foi fechada, e uma porta foi aberta para a rua. Desse modo, a casa, formada por uma sala e um quarto, ficava no meio das casas de Dona Sônia e Dona Rosa. O banheiro e a cozinha das respectivas casas maternas eram usados cotidianamente pelo casal e a sua filha, a pequena Anita.

A partir da observação do cotidiano de Dona Sônia, Luzia, Jussira e outras pessoas em Prainha, constatamos que as três moram em “casas” diferentes, ainda que, sob um olhar apenas descritivo, se pudesse dizer que Luzia mora em um único quarto e Jussira em dois cômodos, o que não é uma casa, dado que não inclui um fogão próprio. A existência de um fogão próprio é o critério sugerido por Pina-Cabral (2003) – com base em sua pesquisa etnográfica no Alto Minho, em Portugal – para identificar a existência de uma casa. Este critério não é válido em Prainha, onde o que torna um espaço uma casa é principalmente a experiência vivida, o fato de alguém sentir que um determinado espaço lhe pertence e constitui sua casa própria. Em termos práticos, “casa” se refere a um espaço onde um grupo mínimo e relativamente estável de pessoas – frequentemente pais e filhos – possa dormir e guardar seus pertences. A casa é também um espaço para administrar, mas não necessariamente realizar, atividades necessárias para a sobrevivência, tais como a alimentação ou a higiene. A figura 1 ilustra a localização relativa das casas de Dona Sônia e os filhos.

Quando as pessoas falam “casa”, se referem a algo que transcende o espaço material, mas que não prescinde dele. Segundo Marcelin, “[...] em ‘família’ ou ‘casa’ há uma significação ontológica. Trata-se de um lugar no qual e pelo qual [um indivíduo] se define e a partir do qual [...] sustenta sua existência social

como pessoa” (1999: 42). Esta argumentação ajuda a compreender porque, quando os moradores de Prainha falam “minha casa”, não se referem necessariamente a uma casa no sentido funcional – onde há cozinha, banheiro e outros cômodos –, mas a um espaço físico que eles consideram como tal.

Hita observa que “a reprodução social da casa implica a sua transformação física e espacial, conforme vai se dando a formação de novos núcleos familiares no seu interior” (Hita 2008: 174-175, tradução nossa). Nosso material confere outro significado à conceitualização de casa. Em Prainha, a formação de novos núcleos familiares é vivenciada não como transformação dentro da casa, mas como a constituição de novas casas que frequentemente estão em uma relação de subordinação com a casa original. No cotidiano de Dona Sônia, seus parentes e “vizinhos-família”, as novas casas se originam utilizando espaço disponibilizado pelas antigas; existe uma hierarquia que confere às casas mais antigas maior influência sobre as novas. Esse processo tem sido identificado por outrem e analisado através de um prisma estrutural.¹⁹ No entanto, ao ir além de uma visão marcada pela presunção da primordialidade da “estrutura” e analisar a constituição dinâmica e processual destes espaços, o conceito de configuração de casas de Marcelin (1999) permite colocar a ênfase na sua existência relacional, tal como evidenciam as descrições das atividades cotidianas.

Na configuração das casas de Dona Sônia e dos filhos, várias atividades são coletivizadas: prepara-se comida em casa de Dona Sônia para os membros das três casas, e às vezes vem comida de outra casa. Dona Sônia lava as próprias roupas e as dos filhos e netos. A coletivização de algumas atividades contribui para dar a impressão de limites confusos entre as casas e as pessoas. Aos poucos percebemos alguns dos critérios existentes e a forma como estes são negociados permanentemente. Neste sentido, ao comparar a casa de Dona Sônia e as dos filhos, encontram-se diferenças que indicam hierarquia. A primeira está melhor equipada: tem mais mobília, tevê, som, telefone, banheiro, geladeira. Cabe aos filhos prover mobília, roupas e alimentos. O respeito desta hierarquia fazia com que, antes de visitar a casa de Luzia ou a de Jussara, a pesquisadora tivesse que passar primeiro em casa de Dona Sônia, também porque poderia encontrar alguma delas lá (que Dona Sônia estivesse numa das outras casas era algo que raramente acontecia, já que preferia ficar em casa).

Por outro lado, as casas das quatro mulheres que são “vizinhas-família” – junto com as dos seus respectivos filhos – conformam uma configuração de

19 Em análises da relação entre residência e parentesco em outros locais semelhantes à Prainha, onde há um aglomerado de casas conectadas por parentesco, diversos autores têm destacado o aspecto estruturante do espaço – do “quintal” em Niterói (Guedes 1998), ou da “avenida” (termo usado coloquialmente para designar um beco pequeno em Salvador) no bairro de Liberdade (Agier 1990a). No entanto, os autores tendem a “tomar como dado” o parentesco, e a não relativizá-lo ou relacioná-lo com os processos através dos quais a conectividade é constituída simbólica e espacialmente nas “casas”.

Figura 1

As casas de Dona Sônia e os filhos.

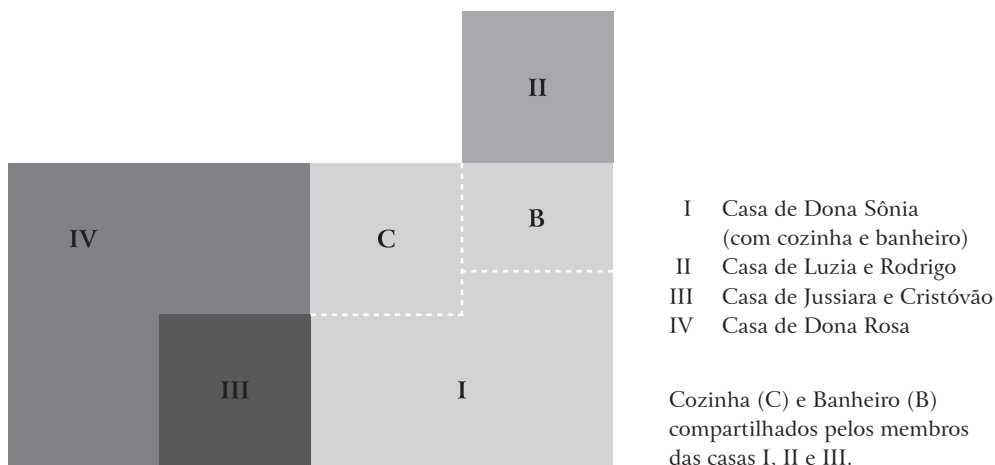
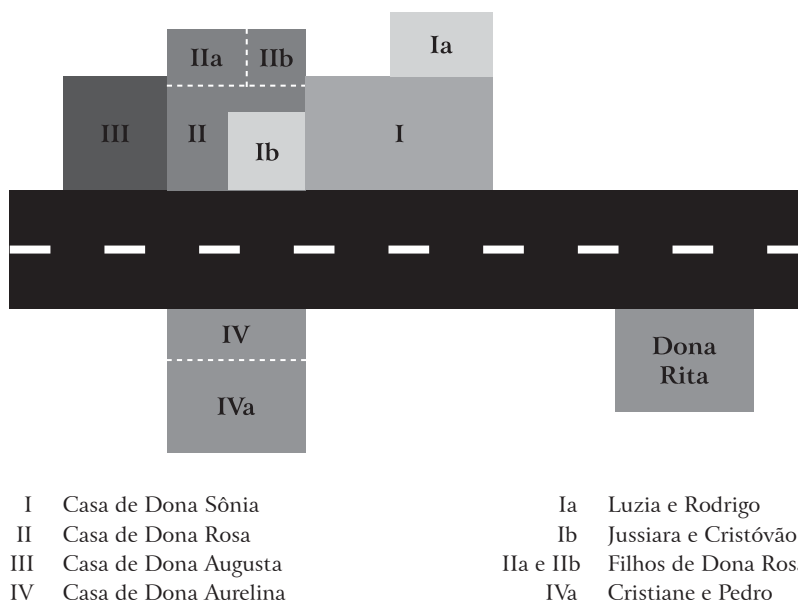


Figura 2

Os vizinhos-família de Dona Sônia.



casas mais ampla. A figura 2 ilustra a localização das casas e, ao mesmo tempo, sua organização hierárquica.

As trocas entre as quatro mulheres que vieram da “maré” e os respectivos parentes consanguíneos são cotidianas. Trata-se de nove casas onde, ao mesmo tempo, cada casa está primariamente ligada a um subconjunto dentro da configuração. Por exemplo, os membros das casas Ia e Ib realizam atividades ligadas à sobrevivência – preparo de alimentos e higiene – na casa I, e eventualmente o fazem na casa II, mas fazê-lo nas outras casas seria raro.

As relações entre membros de diferentes subconjuntos se expressam em troca de alimentos e outros objetos. Um exemplo cotidiano é a comida das crianças de uma casa, que pode ser completada por membros de outra. Ajuda em momentos especiais também é comum, como quando Dona Rosa precisa de assistência médica. É Dona Sônia, e não algum dos filhos de Dona Rosa, quem a leva em consultas médicas ou serviços de emergência. Os laços entre estas pessoas se expressam também em saber uns da vida dos outros. Na casa de Dona Aurelina, alguém podia contar algo de Dona Sônia e os filhos dela – por exemplo, “Luzia está grávida” ou “Jussiara foi à igreja” – e o mesmo poderia acontecer em casa de Dona Sônia – “Cristiane está morrendo de dor de dente”, me advertiram um dia Jussiara e Cristóvão. Assim, a conexão entre pessoas se configura tanto na circulação dos saberes mais banais, quanto na real interdependência entre a casa e a configuração de casas no que diz respeito ao cuidado mútuo cotidiano ou durante as crises mais sérias de indivíduos que se concebem e se tratam como parentes.

Assim como em Cachoeira (Marcelin 1999), em Prainha “sangue” e “consideração” são princípios que constroem o parentesco, mas nenhum deles é suficiente por si só. O princípio de sangue remete a uma substância comum, compartilhada entre indivíduos que têm os mesmos pais. A herança de sangue é bilateral, possibilitando distinguir entre o lado materno e o paterno. No entanto, o uso desses laços de parentesco é seletivo. “Os agentes selecionam seus parentes, ou aderem a eles de acordo com seus interesses específicos. O reconhecimento efetivo coloca em ação mecanismos de seletividade – a consideração é a seletividade em ação” (Marcelin 1999: 46).

Há parentes de sangue que “não se dão”, como, por exemplo, Diogo com as irmãs que moram no térreo. Os laços consanguíneos são identificados e envolvem certo respeito – como no caso de Dona Sônia quando critica um dos filhos: “Vive cheio da cachaça, eu deixo ele entrar porque é meu filho, mas ele não presta não” –, mas se consolidam quando existe “consideração”. A própria Dona Sônia tem aberta preferência pelo filho Rodrigo, que mora perto dela e melhor atende suas expectativas.

Por outro lado, ao comparar diferentes laços de parentesco, vemos que a consanguinidade é privilegiada, tal como sugere Fonseca (2003). Dona Aurelina declara que tem como neto Alex, filho da primeira união de Cristiane,

a sua nora. Ambas as mulheres compartilham o dia a dia. Cristiane tem a casa dela, mas passa a maior parte do dia na casa da sogra, pois ambas “se dão muito bem”. No entanto, quando surgiu a possibilidade de um emprego, Dona Aurelina não permitiu que Cristiane o aceitasse, dizendo que não poderia cuidar do filho dela, Tadeu, de dois anos, todos os dias. Preferiu que a sua filha Carmem – que morava em outro bairro e tinha deixado o filho com ela – ficasse com o emprego.

O cuidado infantil é uma boa oportunidade para a construção de relações de parentesco. Quando Sandra ficou doente e teve que permanecer no hospital alguns dias, Paula e Ed – ele trabalhava à noite – não tinham ajuda. Luana, a namorada de um amigo de Ed, soube da situação, visitou Sandra e insistiu em ficar no hospital à noite. Isso foi muito importante para o casal, que pediu a Luana para ser a madrinha de Sandra. Na maioria das vezes, a relação entre compadres não envolve uma cerimônia religiosa, mas um laço de consideração.

As relações de parentesco de consideração não excluem desentendimentos e críticas entre as pessoas envolvidas. Ainda que Dona Sônia “considere” Dona Aurelina e seus filhos como parentes, ela critica a opção da amiga pela religião Testemunhas de Jeová. E em outra ocasião Dona Sônia falou mal da família de Dona Rosa, mãe do genro dela: “Essa família é tudo ladrão”. Os laços de consideração não estão garantidos. Um exemplo disso é a relação de Cristiane – a nora de Dona Aurelina, que mora no bairro há pouco tempo – com as pessoas da rua, especialmente os “vizinhos-família”. Em algumas ocasiões ouvi Dona Sônia, Dona Rosa, Jussiara e uma filha de Dona Rosa criticando o comportamento de Cristiane: “Ela não se dá com ninguém da rua, é fofqueira, caloteira”. A proximidade física e os parentes em comum não são motivos suficientes para construir laços de parentesco. É preciso que existam afinidades. Assim, quando Dona Sônia percebeu que eu estava visitando a casa de Dona Rita, disse: “Conheço Rita há muito tempo. Mas ela gosta da macumba e isso não é coisa boa. Olha só a casa dela” – em contraste com o padrão da rua, a casa de Rita ainda era construída de um material precário, o “madeirite”. Os vizinhos associam a pobreza da casa ao fato de esta mulher ser praticante de candomblé e a maioria não a “considera”.

CONCLUSÃO: CONECTIVIDADE, PESSOA E GÊNERO

Vimos que em Prainha a conectividade (*relatedness*) envolve a ativação e manutenção de laços de “sangue” e de “consideração” e se dá material e simbolicamente na relação entre a casa e a configuração de casas. Esta relação é expressão da coexistência e construção conjunta de esforços de individuação e de processos relacionais. Como já afirmamos, os moradores procuram fazer sentido do seu mundo ao exercer a sua agência criativa. Ao investir na obtenção e construção de uma casa própria – símbolo material de uma individuação

crescente –, os jovens aqui discutidos ativam e reforçam seus laços com parentes e parentes-vizinhos de toda sorte. E esse engajamento nas práticas que conectam e individualizam e que revolvem ao redor e dentro da casa leva à constituição de gênero. Esta conclusão tem implicações teóricas no que diz respeito ao tratamento do parentesco e do casamento na etnografia brasileira, e também da noção da pessoa.

Estudar o parentesco a partir da categoria nativa “casa”, como é vivida e conceitualizada em Prainha, permitiu uma compreensão processual que não é possibilitada pelo conceito de modelo – no sentido de um ideal presente na consciência coletiva e que orienta os comportamentos de indivíduos e grupos através da sua adesão (ou não) a regras e normas. Do mesmo modo, a abordagem empregada aqui se distingue daquela que lança mão da noção de “ciclo de vida doméstico”, que está imbricada com uma visão estrutural-funcionalista do parentesco. No entanto, no decorrer da nossa discussão, alguns *insights* das análises que utilizam estes conceitos foram recuperados aqui. Scott (1996a) mostra como homens e mulheres se posicionam de formas distintas frente ao projeto de formar uma família nuclear e discute como as expectativas podem mudar diferentemente segundo o gênero ao longo do tempo. Nosso material vai ao encontro da sua descrição de distintos possíveis trajetos de homens e mulheres em relação à casa e aos filhos. Mas enquanto Scott eleva as diferenças ao resultado de uma lógica estrutural subjacente, entendemos que a força-motor atrás das diferenças é a forma de se constituir como uma pessoa única, generalizada, e portanto inserida em redes de relacionamento segundo os idiomas de conectividade.

Para fins de clareza, somos enfáticas em nossas críticas ao que rubricamos como o modelo estrutural-funcionalista e a sua herança nos estudos brasileiros. Não intencionamos, no entanto, desmerecer o valor dos trabalhos discutidos. Nossa discussão está em acordo com um ponto amplamente discutido na literatura – que não se pode aplicar o conceito de família nuclear para tratar da organização social entre as camadas populares brasileiras (Bruschini 1993; Sarti 1995, 2003; Heilborn 1997; Szymanski 1995; Fonseca 2002).

No que diz respeito aos estudos sobre parentesco entre estes grupos em Salvador, nossa análise etnográfica está em acordo com muitos dos pontos estabelecidos pelos pioneiros no estudo do assunto, como Agier (1990a, 1990b, 1987) e Woortmann (1987), que também realizaram trabalho de campo em bairros de baixa renda na cidade. Estes descreveram a curta duração de algumas uniões e a tendência das mulheres de ficarem com os filhos após a separação; também notam que ficam com a casa, que é frequentemente construída em espaços disponibilizados por parentes maternos. Mas, enquanto tais autores identificam essas tendências com “matrifocalidade” e defendem sua estreita relação com uma lógica patriarcal, no nosso trabalho procuramos sair das armadilhas teóricas postas pela visão estruturalista. Ao não nos centrarmos

na conjugalidade idealizada dentro do modelo de família nuclear como fator estruturante, mas, em vez disso, atentando para as dinâmicas de parentesco, favorecemos um retorno a uma arena de discussão mais “abrangente e flexível” (Fonseca 2002, 2003). A discussão de Fonseca sobre a circulação de crianças se situa nesta perspectiva, bem como as suas análises sobre as relações entre parentes consanguíneos. A citada autora critica a tendência da maior parte dos estudos de parentesco no Brasil a focalizar a conjugalidade e a procurar a matrifocalidade ao pesquisar entre grupos de baixa renda. Enfatiza que os laços consanguíneos, especialmente as relações entre pais e filhos e entre irmãos de ambos os gêneros, requerem maior atenção.

Aqui, em acordo com Fonseca, mostramos que uma maior atenção às relações entre pais e filhos e entre irmãos de ambos os gêneros amplia nosso entendimento sobre as dinâmicas de conectividade em Prainha. Demonstramos ainda que é necessário atentar em outros processos simbólicos envolvidos, ou seja, aqueles atrelados às constantes mudanças na estrutura habitacional desses bairros. O conceito nativo de casa e sua relação com a configuração de casas têm importantes implicações para a discussão sobre parentesco, mas também sobre a noção de pessoa no contexto brasileiro. Em Prainha, as tarefas necessárias para a sobrevivência – geralmente associadas com a esfera doméstica – são feitas na inter-relação entre a casa e a configuração de casas. No entanto, embora seja a relação com outras casas o que gera a possibilidade da existência de uma casa, para as pessoas, e especialmente para as mulheres, é fundamental identificar um espaço como a própria casa. Embora as atividades possam ser realizadas entre várias unidades domiciliares, as mulheres precisam ter uma casa a partir da qual administram as suas atividades. Para uma mulher, poder mostrar que tem uma “casa normal” e que consegue administrá-la é central na construção da feminilidade.

Há uma associação entre pessoas individuais e suas casas particulares. Esta associação está marcada fortemente para as mulheres, o que não prescinde uma relação semelhante com suas casas, mas menos enfatizada, para os homens. É importante salientar que o processo de conseguir e, depois, manter uma casa individual e, desse modo, constrói diferenças de gênero. Vimos no caso de Alícia que a construção da sua primeira casa de palafitas se deu junto com a gravidez da filha mais velha e a união com o pai da mesma. A segunda casa – onde mora até a atualidade – foi construída usando o dinheiro da venda da primeira e com ajuda da mãe, que cedeu a laje. A obtenção da segunda casa coincide com a progressiva fragilização das uniões com parceiros. Geralmente, é esta fragilização dos laços conjugais que tem sido enfatizada na literatura, enquanto aqui salientamos os aspectos positivos, na perspectiva dos informantes, associados ao nascimento dos filhos – a consolidação da casa material. Embora a associação entre casa e mulher seja destacada, a casa é importante nos processos de individuação e generização dos homens.

O caso de Rodrigo exemplifica uma história comum para os homens de Prainha. Ele construiu a casa para morar junto com a companheira Luzia e o pequeno filho Emerson e, para isso, antes precisou construir a casa da mãe. Em seguida, Rodrigo fez a própria casa na laje da mãe. Desta forma se afirmou como um homem “trabalhador”, um pai que tem “responsabilidade” e um excelente filho.

A individuação é um processo ambivalente: a existência relacional da casa é expressiva da construção social da pessoa, a qual integra constantemente processos que individualizam – neste contexto, conseguir e manter uma casa – e processos que relacionam – o fazer parte de uma configuração de casas. Esta tensão é vivida em termos colocados pelos idiomas de gênero e toma expressão material e simbólica na casa. Está em estreita relação com o cuidado de crianças, pois a construção de uma nova casa geralmente está relacionada com a chegada de um novo bebê (Bustamante 2009). Através deste trabalho, mostramos a necessidade de pensar alguns temas clássicos e centrais na antropologia – pessoa, gênero, casa e parentesco – de forma conjunta, um ponto que já está sendo explorado nos chamados “novos estudos de parentesco”, mas cuja aplicação permanece incipiente no caso brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- AGIER, Michel, 1987, “Lógicas familiares e trabalho: reflexões sobre a família operária”, manuscrito.
- , 1990a, “O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa ‘Avenida’ em Salvador da Bahia”, *Tempo Social*, 2: 35-60.
- , 1990b, “Espaço urbano, família e status social: o novo operariado baiano nos seus bairros”, *Cadernos do Centro de Recursos Humanos*, 13: 39-62.
- AZEVEDO, Thales de, 1959, “Classes sociais e grupos de prestígio”, em Thales de Azevedo, *Ensaio de Antropologia Social*. Salvador da Bahia, UFBA, 103-120.
- , 1966, “Família, casamento e divórcio”, em Thales de Azevedo, *Cultura e Situação Racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 122-124.
- BILAC, Elisabete D., 1995, “Família: algumas inquietações”, em M.C. Carvalho (org.), *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo, Educ, 29-37.
- BRITTO DA MOTTA, Alda, 2007, “O par relutante”, em 13.º CISO Encontro de Ciências Sociais Norte Nordeste, vol. 1. Maceió, UFAL, 10-25.
- BRUSCHINI, Cristina, 1993, “Teoria crítica da família”, em M.A. Azevedo e V. Guerra (orgs.), *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. São Paulo, Cortez, 49-79.
- BUSTAMANTE, Vania, 2009, *Cuidado Infantil e Construção Social da Pessoa: Uma Etnografia em Um Bairro Popular de Salvador*. Salvador da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA, tese de doutorado.

- CARSTEN, Janet (org.), 2000, *Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- , 2004, *After Kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CARSTEN, Janet, e Steven HUGH-JONES, 1995, “Introduction”, em Janet Carsten e Steven Hugh-Jones (orgs.), *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*. Cambridge, Cambridge University Press, 1-46.
- CORRÊA, Mariza, 1993, “Repensando a família patriarcal brasileira”, em Antonio Arantes *et al.*, *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 45-61.
- COUTO, Márcia Thereza, 2005, “Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero”, *Antropológicas*, 16 (1): 197-216.
- DaMATTA, Roberto, 1984, *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- , 1991, *Carnivals, Rogues and Heroes: An Interpretation of the Brazilian Dilemma*. Notre Dame, IN, University of Notre Dame.
- DALSGAARD, Anne Line, 2006, *Vida e Esperanças: Esterilização Feminina no Nordeste*. São Paulo, Editora UNESP.
- FONSECA, Claudia, 2002, “‘Mãe é uma só?’ Reflexões em torno de alguns casos brasileiros”, *Revista de Psicologia USP*, 13 (1): 49-68.
- , 2003, *Família, Fofoca e Honra: Etnografia de Relações de Gênero e Violência em Grupos Populares*, Porto Alegre, UFRGS, 2.^a edição.
- , 2007, “Apresentação de família, reprodução e parentesco: algumas considerações”, *Cadernos Pagu*, 29: 9-35.
- FRANKLIN, Sarah, 1997, *Embodied Progress: A Cultural Account of Assisted Conception*. Londres e Nova Iorque, Routledge.
- GOLDANI, Ana Maria, 1993, “As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação”, *Cadernos Pagu*, 1: 67-110.
- GUEDES, Simone, 1998, “Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais”, *Cadernos do Centro de Recursos Humanos*, 29: 189-208.
- HEILBORN, Maria Luíza, 1997, “O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro”, em F. Reicher Madeira (org.), *Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre Crianças e Adolescentes Pobres no Brasil*. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 292-339.
- HITA, Maria Gabriela, 2008, “Pobreza, composición familiar e inclusión social: arreglo matriarcal en un Brasil negro”, em María del Carmen Zabala Argüelles (org.), *Pobreza, Exclusión Social y Discriminación Étnico-Racial en América Latina y el Caribe*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores/Clacso, 157-179.
- HITA, M. G., e Luciana DUCCINI, 2008, “Exclusão social, desafiliação e inclusão social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas”, em Alicia Ziccardi (org.), *Procesos de Urbanización de la Pobreza y Nuevas Formas de Exclusión Social: Los Retos de las Políticas Sociales de las Ciudades Latinoamericanas del Siglo XXI*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores/Clacso, 181-212.
- JELIN, Elizabeth, 1995, “Familia y género: notas para el debate”, *Estudios Feministas*, 3 (2): 394-413.
- MACHADO, Luíza Zanotti, 2001, “Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil”, *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 4 (8): 11-26.

- McCALLUM, Cecilia, 2007, “Sem nome: pessoa como processo na dinâmica racial e de gênero brasileira”, em João de Pina-Cabral e Susana de Matos Viegas (orgs.), *Nomes: Gênero, Etnicidade e Família*. Lisboa, Edições Almedina, 265-289.
- MARCELIN, Louis Herns, 1999, “A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano”, *Mana*, 5 (2): 31-60.
- PINA-CABRAL, João de, 2003, *O Homem na Família: Cinco Ensaios de Antropologia*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- , 2005, “La soglia degli affetti: considerazioni sull’attribuzione del nome e la costruzione sociale della persona”, *Antropología*, 5: 151-172.
- , 2007a, “A pessoa e o dilema brasileiro: uma perspectiva anticesurista”, *Novos Estudos Cebrap*, 78: 95-111.
- , 2007b, “Mães, pais e nomes no Baixo Sul (Bahia, Brasil)”, em João de Pina-Cabral e Susana de Matos Viegas (orgs.), *Nomes: Gênero, Etnicidade e Família*. Lisboa, Edições Almedina, 63-89.
- SARDENBERG, Cecilia, 1998, “Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano”, *Cadernos do Centro de Recursos Humanos*, 29: 21-47.
- SARTI, Cynthia Andersen, 1995, “Família e individualidade: um problema moderno”, em M. do C.B. de Carvalho (org.), *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo, Educ, 39-49.
- , 2003, *A Família como Espelho: Um Estudo sobre a Moral dos Pobres*. São Paulo, Cortez, 2.^a edição.
- SCOTT, Parry, 1996a, “Matrifocal males: gender, perception and experience of the domestic domain in Brazil”, em M.J. Maynes et al. (orgs.), *Gender, Kinship, Power: A Comparative and Interdisciplinary History*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 287-301.
- , 1996b, “A etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos: trabalho, poder e a inversão do público e do privado”, *Revista de Antropologia*, UFPE, 1 (2): 142-160 (em francês: 1996, “Travail, pouvoir et inversion du public e du privé: ethnographie de la famille urbaine au Brésil”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, 31: 69-88).
- , 2005, “A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global”, *Antropológicas*, 16 (1): 217-242.
- SEGALEN, Martine, 2000, *Antropología Histórica de la Familia*. Madrid, Taurus Universitaria.
- SZYMANSKI, Heloíza, 1995, “Teorias e ‘teorias’ de famílias”, em M. do C.B. de Carvalho (org.), *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo, Educ, 23-28.
- TOREN, Christina, 2002, “Anthropology as the whole science of what is to be human”, em R.G. Fox e B.J. King (orgs.), *Anthropology Beyond Culture*. Londres, Berg.
- VAITSMAN, Jeni, 1997, “Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda”, *Estudos Feministas*, 2: 303-319.
- VELHO, Gilberto, 1981, *Individualismo e Cultura: Notas para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar.
- VIEGAS, Susana de Matos, 2008, “Pessoa e individuação: o poder dos nomes entre os Tupinambá de Olivença (sul da Bahia, Brasil)”, *Etnográfica*, 12 (1): 71-94.
- WOORTMANN, Klaus, 1987, *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.